



## MULHERES NEGRAS, CONFRONTO POLÍTICO E AÇÃO INSTITUCIONAL<sup>1</sup>

Fernando Luiz Monteiro de Souza

USCS – UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

UNINOVE – UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

flms@uol.com.br

### *Introdução*

*Ativismo negro, agenda racial e políticas públicas.*

Este artigo analisa de forma breve a trajetória da política de promoção da igualdade social para a população negra e sua implantação pela prefeitura municipal de Santo André no período dos anos 90. Considera a importância da ação das ativistas negras como assessoras do executivo municipal, especialmente, verificada na implantação do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego (GRPE) no município e na região do Grande ABC. O exame do processo procura identificar como essa política, também, se constituiu como oportunidade política para as mulheres negras.

A análise sobre a conversão da reivindicação dos ativistas negros em agenda e política pública no município de Santo André remete ao entendimento sobre o papel das instituições políticas e as organizações da sociedade civil. Isto porque nesse processo, a construção de uma agenda política compreende a construção de um consenso, em um regime democrático, especificando aquilo que o governo deve considerar como importante. Por sua vez a política pública é uma ação que tem o objetivo de garantir os

---

<sup>1</sup> Este texto corresponde à parte de meus apontamentos desenvolvidos para tese de doutorado no PPG Sociologia da USP.



direitos de cidadania. Ambas compõem um ciclo iniciado pelo reconhecimento de demandas sociais como um problema social relevante, seguido da mobilização de recursos, da criação de estratégias para solucioná-lo e, avaliação de sua efetividade. (ARRETCHE, 2000), (FREY, 2000), (FARIA, 2003), (SOUZA, 2006) e (RODRIGUES, 2010),

Assim, o ciclo de transformação de uma agenda em política social, programas, projetos e iniciativas que tornam substantivos os direitos de cidadania dependem, diretamente, do reconhecimento de determinadas disposições políticas dos indivíduos presentes na sociedade civil e no Estado. Trata-se, de ir além da visibilidade do confronto político entre os movimentos sociais e o Estado, refletindo a interação entre pessoas poderosas e outras com menor poder, ou seja, uma relação social e política que tem por base a desigualdade substancial de poder entre os representantes e os representados. Isso significa que mesmo na dinâmica de confronto político há uma continuidade de interação de poder entre ação coletiva dos movimentos sociais e o desenvolvimento da política pública.

Na interação política Mac Adam (2009) destaca que as atividades dos movimentos sociais é uma escolha estratégica entre outras feitas pelos ativistas quando se busca uma resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições. Por isso, os ativistas têm uma orientação política relativa conforme a situação que se apresenta, gerando uma pluralidade de formas de ação em diferentes espaços e com diferentes efeitos políticos. Neste aspecto, as práticas na formação da agenda e implantação de uma política pública compreendem desde formas contenciosas de ação coletiva, inovações, até comportamentos mais convencionais dentro e em torno das instituições do Estado.

Do mesmo modo há uma orientação fundamental enquanto um *ethos* que organiza a prática dos agentes referenciando-os ao reconhecimento mútuo no mesmo campo de disposições sociais e políticas. Por isso, é importante considerar a singularidade que caracteriza as organizações da sociedade civil e os organismos de Estado, pois para os ativistas das organizações dos movimentos sociais a expressão



pública é um importante componente da mobilização social, da visibilidade e da legitimidade na arena política.

Na administração pública a formulação da política compreende as especificidades da lógica institucional, cujo desempenho interno no uso das oportunidades, recursos e a estabilidade garantem a sua consolidação. Por isso a formação da agenda política pelos formuladores políticos (policy makers) compreende um saber técnico e competente que permite o entendimento de um problema social como relevante. O diagnóstico dessa importância tem uma dimensão política e simbólica mais ampla, correspondente a um processo de embate ideológico e de indivíduos sobre o reconhecimento das lideranças e das demandas, distinguindo: O quê fica? O porquê fica? Quem fica? E quem será atendido?

No Brasil dos anos 90 os processos de formação da agenda sofreram o enquadramento da racionalização administrativa do Estado, em um cenário político caracterizado pela forte demanda de políticas sociais, assinaladas com destaque na constituição de 1988. A incorporação do conjunto das demandas configurou para os ativistas a maior expressão política do processo da redemocratização, resultante da mobilização da sociedade civil e de movimentos institucionais pela reabertura política.

Conforme Jaccoud (2006) a nova constituição ampliou a inserção de várias demandas reivindicadas das camadas sociais mais pobres, especialmente, os movimentos sociais do campo popular, promovendo uma ampliação das políticas sociais geridas pelos governos democráticos e reconhecendo a participação política dos ativistas e das organizações civis na constituição dos direitos de cidadania. Significativamente, a descentralização administrativa através da municipalização das políticas e transferência de recursos, a participação popular nas políticas públicas através de: conselhos, fóruns e da iniciativa popular legislativa expressaram a mudança em curso na relação entre a sociedade civil e o Estado.

De fato, o fortalecimento da questão social como enfrentamento da desigualdade e agenda política dos governos no final dos anos 80 e durante os 90, gerou um novo



quadro de oportunidades institucionais e a legitimidade dos ativistas e organizações sociais como parceiros, propositores e gestores das políticas sociais.<sup>2</sup>

Em relação à descentralização administrativa Dagnino (2004) menciona que a configuração neoliberal promoveu outra confluência ao emular para o seu campo os simbolismos e práticas políticas gestadas no período da redemocratização brasileira. Eram símbolos da participação que até então funcionaram como um referencial para o reconhecimento de um determinado campo ético-político de esquerda no período pós 70. Sua seletividade política podia ser identificada pela ação direta, por uma visão mística e revolucionária, o rechaço aos espaços institucionais, uma perspectiva classista, consensual e solidarística (DOIMO, 1995) e (GOHN, 2008). Alguns partidos de esquerda partilhavam desta perspectiva, com maior destaque no quadro político o Partido dos Trabalhadores.<sup>3</sup>

Desta maneira, no contexto da consolidação democrática, nos anos 90, tais formas passaram a corroborar para uma lógica de Estado mínimo e de transferência para setores privados da elaboração e execução de políticas públicas, mimetizando o processo de empoderamento de esquerda a uma noção de pluralidade política dos movimentos da sociedade civil. O resultado aparente deste processo ideológico foi que ambas vertentes políticas tornaram-se indistintas ao propagarem uma disposição para a participação dos cidadãos e sua interação com os organismos de Estado. Outro efeito foi à ampliação da pluralidade político-partidária entre os ativistas das organizações dos movimentos sociais e sua aparente indefinição ideológica.

---

<sup>2</sup> “... a Constituição de 1988 tratou com destaque os temas da discriminação racial, da diversidade cultural e do reconhecimento dos direitos da população remanescente de quilombos. O texto constitucional reconheceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Reconheceu ainda os territórios quilombolas como bem cultural nacional (...). Afirmou a diversidade cultural como patrimônio comum a ser valorizado e preservado.” (JACCOUD, 2009:27)

<sup>3</sup> Na análise de Arretche (2002) a descentralização defendida pelos setores de esquerda, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores expressou a radicalização do ideal democrática por uma sociedade mais justa e igualitária. Do ponto de vista, político e administrativo a nova Constituição recuperou as bases do Estado federativo brasileiro fortalecendo o poder dos municípios, principalmente, na gestão das políticas sociais. Desta forma, ampliou-se a autonomia dos governos estaduais e municipais em relação à União, considerando a capacidade dos primeiros em implantar suas próprias políticas públicas.



A questão para os setores da esquerda era de que o simbolismo da participação política, como poder decisório das classes subalternas e de uma espécie de socialismo difuso, funcionou no contexto da redemocratização para demonstrar a importância do empoderamento da sociedade civil e sua unidade política e ideológica na luta reivindicativa. Por outro lado, a interação nos moldes neoliberais entre os ativistas e os governos promoveu um processo de redução da capacidade decisória dos primeiros nas novas instâncias de decisão política. (GOMES, 2009)

Do ponto de vista institucional a transferência da execução e dos recursos orçamentários de programas e projetos para organizações privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos, reconhecidas publicamente como organizações não governamentais (ONG's) implicou na redução do aparato estatal e do controle público das iniciativas. Sendo, assim, o empoderamento e a profissionalização política dos ativistas no ciclo da política pública ocorreu com a troca do confronto político pelo reconhecimento das demandas e a incorporação da agenda política.

O circuito das ONGs passou a orbitar em torno de um mercado serviços que fomentou a profissionalização do ativismo político, levando em parte a incorporação de um formato assistencial e, ao reconhecimento de um espaço público não estatal. A visibilidade das organizações representou a pluralidade política no espectro das políticas sociais no final da década de 90 e, no início do século XXI. Porém, algumas organizações da nova geração de ativistas sociais preferiram a noção de *terceiro setor*, como forma de se distanciar do ativismo ideológico e propositivo, marcando o caráter de uma assistência pontual e imediata. (LANDIM, 1998) e (GONH, 2008).

Ainda, no campo ideológico de esquerda a política da descentralização e mobilização social assinalada pela participação popular se mostrou limitada como forma de resolução das demandas sociais, principalmente, quando foi necessário o lidar com o diferencialismo da sua base social de mobilização e a profissionalização da nova geração de ativistas sociais.



*Esquerda, feminismo e a política afirmação racial.*

Dada a singularidade da estrutura política brasileira, ao focar, especialmente, sobre o ativismo negro e a política de afirmação racial pode-se observar nas esferas: federal, estadual e municipal que o período pós 70 correspondeu à emulação do ciclo das políticas públicas para o processo enfrentamento do racismo. (Tilly, 2000). A política de afirmação racial foi retomada no âmbito estatal com a denúncia da “democracia racial” e aplicação de mecanismos institucionais (portarias, programas, fóruns e conselhos), parte deles estiveram vinculados, em sua maioria, as iniciativas do executivo e outra parcela em algumas ações do legislativo, principalmente, em torno da criminalização do preconceito e da discriminação racial. <sup>4</sup>(JACCOUD, 2009)

Conforme Guimarães (2008) as iniciativas políticas podem ser caracterizadas por promoverem a perspectiva *multiculturalista* a partir de uma série ações culturais sobre o reconhecimento da “negritude”, estabelecendo um conjunto de marcos identitários e, reforçando o sentimento de pertencimento étnico. Esse novo enquadramento político e racial se consubstanciou como oportunidade política para ampla camada de ativistas e intelectuais negros, com formação educacional de nível superior, sendo recrutados ou financiados por órgãos públicos ou entidades do setor privado. Assim, um cenário de mobilidade social e política emergiram para os ativistas no âmbito do Estado, na estrutura dos partidos políticos de esquerda,<sup>5</sup> e nas novas organizações sociais negras surgidas no período, tais como: Nizinga, Movimento Negro Unificado, Crioula, Geledés, Fala Preta entre outras.

Nos anos 80 e 90 as iniciativas institucionais de valorização da cultura negra propiciaram, também, a criação de órgãos públicos, programas intersetoriais e

---

<sup>4</sup> Nascimento (2000) descreve uma série de iniciativas que vão da presença de parlamentares negros no cenário político a começar pelo próprio Abdias Nascimento, Benedita da Silva, Carlos Alberto de Oliveira Caó e, Paulo Paim, passando pela demarcação de terras quilombolas indo até a criação da fundação cultural palmares.

<sup>5</sup> Os principais partidos com ativistas negros(as) no enfrentamento do racismo no período da reabertura foram: o PMDB, PDT e o PT. Nos anos 90, este espectro político se ampliou para partidos como o PSDB e liberais.



transversais na administração pública e, as iniciativas do setor privado. As ações de enfrentamento do preconceito e posteriormente da desigualdade racial teriam com objetivo remover os fatores que impedem a garantia dos direitos sociais e limitam as oportunidades sociais aos negros. A maioria destas intervenções inicialmente interpretadas como a defesa da “negritude”, posteriormente tem o seu reconhecimento público na *política de promoção da igualdade racial*, principalmente, pelo mecanismo de cotas raciais e as suas modalidades. (JACCOUD & outros, 2009)

A tônica da *igualdade racial* significou, no contexto da federação, a incorporação de uma agenda racial cuja trajetória de interação pode ser verificada nas iniciativas de institucionalização dos ativistas negros e suas demandas. Como exemplo no estado de São Paulo, o governo do PMDB criou (1993) o Conselho da Comunidade Negra; o PDT no estado Rio de Janeiro constituiu a Secretaria de Promoção e Defesa das Populações Afro-brasileiras (1991). No Partido dos Trabalhadores houve a aproximação entre os sindicalistas com os ativistas negros; além da adesão da Igreja Católica a luta antirracista através da Pastoral do Negro.

A multiplicidade das iniciativas proporcionou o reconhecimento público das críticas e reivindicações dos ativistas negros, mas, sobretudo, de uma agenda política implantada pelo “Movimento Negro”. O efeito dessa interpretação pública e, em parte da academia foi demonstrativo da capacidade de ação coletiva dos negros. Todavia, o enquadramento do ativismo antirracista a nomeação de “movimento negro”, em alguns momentos apelou ao essencialismo de uma identidade racial, dando um aspecto homogêneo às ações políticas de sua militância.

No caso, a crítica dos ativistas negros ao caráter universalista e classista que não reconhecia a distinções raciais entre negros e brancos, também se mostrou restrito ao lidar com a diferenciação de sua base de mobilização social. Poucas foram às análises que procuram enfrentar a profusão diferencialista (classe, gênero, raça, etnia, regional, geracional etc.) e os desafios de sua complexidade neste novo quadro político. De forma significativa, a presença do ativismo das mulheres negras e suas organizações foram de fundamental importância em destacar as limitações de tais interpretações. A criação de



organizações de mulheres negras permitiu as ativistas dar maior visibilidade as suas especificidades, mas também lutar a pelo reconhecimento político de seu protagonismo na implantação da política de afirmação racial no Brasil contemporâneo.

A análise da interação entre as mulheres, feministas, negras e a estrutura política é de fundamental importância, pois permite identificar como os atributos de gênero, raciais e de classe operaram na constituição de um determinado grupo de ativistas, suas ações, estratégias, e reivindicações no contexto da redemocratização

De acordo com Gomes (2009) no campo político de esquerda, historicamente, o processo de aproximação do ideário classista às lutas por reconhecimento, especificamente, para o enfrentamento do racismo, deve-se ação dos movimentos feministas contemporâneos. Nesse caso, as ativistas da segunda onda feminista, muitas delas originárias das organizações de esquerda após a reabertura política passaram a atuar nos novos movimentos feministas. Eram segundo Soares (2000) na maioria mulheres de classe média, intelectualizadas e brancas<sup>6</sup>. Elas estabeleceram a crítica no campo da esquerda aos limites do uso da categoria de classe na interpretação dos problemas relativos às mulheres.

Na realidade, para os setores da esquerda o recorte de classe era suficiente como forma de diagnosticar as desigualdades decorrentes da estrutura capitalista, ao mesmo tempo em que deveria se evitar o reconhecimento de diferenças, pois levariam a pulverização e fragmentação do proletariado, enfraquecendo as organizações de classe, principalmente, às organizações sindicais. Um teor de desconfiança pairou sobre o ativismo negro, porque para parte da esquerda influenciada pelo modelo socialista europeu as organizações negras pareciam assumir um estilo de vida e uma ideologia liberal norte americana.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> A exceção: Lélia Gonzáles, Angela Davis, Sueli Carneiro e outras (DAMASCO: 2010)

<sup>7</sup> Para um melhor entendimento deste aparente paradoxo no ambiente intelectual é importante ler o texto: HANCHARD, M. "Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: exemplos de interpretação equivocada" in: **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 24, n.01, 2002.



Na visão das feministas, o caráter classista impedia o reconhecimento de suas demandas e servia para reproduzir o machismo, tornando limitada e, muitas vezes, invisível a ação e representação feminina dentro do campo democrático popular. O fato, também, de retomarem suas ações sob a proteção da rede social que articulava os setores de esquerda (organizações do movimento social, partidos políticos, intelectuais e acadêmicos) da Igreja Católica e outras igrejas cristãs orientadas pela Teologia da Libertação gerou a limitação do debate de questões relativas à liberdade sexual, aos direitos reprodutivos e a emancipação feminina diante do enquadramento religioso.

Por sua vez, dentro das organizações feministas as ativistas negras e de setores sociais mais pobres também questionaram a invisibilidade de suas peculiaridades no enquadramento proposto pelas mulheres brancas e de classe média, apontando a necessidade do reconhecimento de suas reivindicações. Assim, no interior das organizações feministas se estabeleceu a distinção classe e de raça, pois essa ação decorreu de mulheres ligadas, principalmente, a luta pela melhoria de recursos da infraestrutura urbana e preocupadas com as necessidades sociais mais básicas. Estas em sua maioria eram negras e desprovidas de recursos e oportunidades sociais e que viram na mobilização social a forma de resolução dos problemas mais cotidianos. Ainda que sensíveis ao discurso da emancipação propagado pelas feministas de classe média e brancas e, algumas intelectuais negras. Para elas as questões passavam por disposições de gênero, raça e classe relacionadas ao papel de cuidadora da família, da reprodução e subsistência, do trabalho formal, informal e, doméstico gratuito. Por isso, a demandas por equipamentos públicos como creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico e, as redes sociais de solidariedade, tornaram-se fundamentais nos discursos de enfrentamento das desigualdades sociais.

Para estas mulheres negras a luta por infraestrutura nos bairros, era a mobilização possível, mediante os recursos sociais disponibilizados por redes sociais do campo democrático popular. Assim, criação dos movimentos sociais de mulheres

---



negras ocorreu mediante a oportunidade e capacidade política de reverter os estigmas de gênero, raça e classe, gerando um novo enquadramento da identidade de forma positiva. Por isso, além do confronto político, foi necessária uma estratégia de desenvolvimento da solidariedade e de proposição. Essas ações configuram um novo quadro de mobilidade, principalmente, na geração de organizações do movimento social de/com mulheres negras.(DAMASCO, 2009)

### *Mulheres, feministas, negras e institucionalização em Santo André<sup>8</sup>*

A partir da descrição do contexto político e social mais amplo da interação entre gênero, raça e classe na política de afirmação racial no país. Parte-se, agora, na cidade de Santo André para análise da trajetória e atuação das mulheres, negras e feministas no quadro da assessoria política do poder executivo municipal e suas relações com as instituições públicas e as organizações da sociedade civil.

Neste cenário a articulação das ativistas e a mobilização de sua rede social, permitiram a disposição dos recursos materiais e definiram a territorialidade dentro do campo ético-político de esquerda. Sua circularidade em diferentes organismos formais e informais constitui uma estratégia que mobilizou um circuito social e político envolvido no enfretamento das desigualdades de gênero, classe e raça no espaço político e administrativo do município e na região do grande ABC. Além disto, a compreensão da estrutura social de desigualdades, juntamente, com as oportunidades políticas surgidas na administração pública, a exemplo os projetos: GEPAM e GRPE constituíram um importante marco para a tomada de decisões sobre as alternativas adotadas na definição da agenda política e na produção da política de afirmação racial.

Assim, como no espectro nacional se verificou a emergência dos partidos de esquerda, o crescimento do ativismo feminista e negro. A vitória do Partido dos Trabalhadores em Santo André foi sintomática da emergência de um novo quadro de lideranças políticas, que particularmente na região do ABC tinha sua origem no meio

---

<sup>8</sup> Para reconstrução do período foram utilizados os textos de Bento e outros (2006); PMSA (1999); além de entrevistas concedidas ao pesquisador, vide em anexo (1) o perfil dos entrevistados



sindical e nos setores de esquerda<sup>9</sup>. Esse processo de crescimento da organização partidária e de ocupação das administrações municipais ampliou fortemente o quadro de oportunidades políticas para os ativistas sociais direta ou indiretamente relacionados ao partido

Desta forma, a conquista de prefeituras pelo processo eleitoral significou para esses ativistas a necessidade de consolidar antigas reivindicações que agora estariam configuradas no quadro das políticas sociais. Assim, a ocupação do quadro administrativo, a formação e o recrutamento de especialistas e técnicos em assuntos pertinentes a gestão pública terminou por desencadear a estruturação do quadro de oportunidades surgidas.

No município de Santo André esse processo ficou caracterizado pela criação da assessoria dos direitos da mulher em 1989, que nasce vinculada, então, ao gabinete do prefeito Celso Daniel do Partido dos Trabalhadores (PT). Na primeira reforma administrativa, no mesmo ano, a assessoria passou em 1990, a ser subordinada à secretaria de governo. De acordo com Bento (2006) o órgão nasce estruturado com dotação orçamentária, a atribuição de formular as diretrizes da política de gênero e estimular a participação popular. A primeira coordenação ficou a cargo e Ivete Garcia, mulher branca, ex-dirigente sindical, líder feminista na região e integrante do Partido dos Trabalhadores.

No período de 1993 a 1996, o PT perde a eleição para o candidato do PTB. Brandão é eleito, como de praxe promove outra reforma administrativa<sup>10</sup>, desativando a assessoria e todos os serviços destinados as mulheres. O ato provocou uma nova limitação às oportunidades políticas para as ativistas, causando o seu retorno as

---

<sup>9</sup> Estabelecer um vínculo com o poder executivo é estratégia adotada pelas feministas para instituir suas demandas junto ao poder com capacidade de indução e implantação de políticas públicas

<sup>10</sup> A reforma administrativa é um mecanismo comum a todos os governos recém empossados, trata-se, não apenas, de um mecanismo de nomeação administrativa dos novos gestores, mas também compreende um arranjo das forças políticas que dão sustentação ao governo.



organizações dos movimentos sociais, dos sindicatos, do partido político e ao confronto político com a prefeitura.

Em 1997, o PT retorna ao governo municipal e restabelece a assessoria de direitos da mulher, juntamente, com a criação das assessorias: da pessoa com deficiência, da juventude e da terceira idade. Todas com dotação orçamentária, equipes e estrutura própria. Entretanto, o status dos assessores foi modificado, pois ocorreu a subordinação à Secretaria de Cidadania e Ação Social. Na ocasião, a coordenação da ADM passa a gerência Matilde Ribeiro, ativista feminista, negra, assistente social, petista, atuando de 1997 até 2001; juntamente, com Luzia Arlete, branca, petista, feminista, pedagoga (1997 – 2002).

Outra estratégia de destaque ao empoderamento das mulheres no período foi projeto GEPAM (Projeto de Gerenciamento Participativo nas Áreas de Mananciais), criado a partir de uma articulação com Agência de Desenvolvimento do Canadá e a prefeitura de Santo André o convênio tinha objetivo garantir a preservação ambiental dos mananciais da região. Todavia o projeto não se limitou a temática ambiental, pois um dos seus protocolos para assinatura do convênio era o de exigir que a questão de gênero fosse incluída no projeto matricial de gestão participativa da região dos mananciais. A assinatura do convênio e os recursos desta parceria ampliaram as oportunidades e fortaleceram atuação das feministas no governo de Celso Daniel, como também permitia uma ampliação da base social de mobilização.

Em paralelo, outra ação institucional relevante das ativistas feministas e negras no governo foi à criação do GPE - programa gestão local e empregabilidade em parceria com a OIT (1997), que foi transformado posteriormente (1998) no projeto de pesquisa - GRPE - gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça. Essa ação contou também com a participação inicial de ativistas negras, intelectuais, feministas e profissionais especializados das ONG's: CEBRAP, CEERT e PÓLIS.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Dentre as mulheres especialistas que assessoram o projeto se encontram: Laís Abramo (OIT), Nadya Guimarães e Márcia Leite (CEBRAP), Edna Roland (CEERT) e Vera Soares (ELAS)



No ano de 2001 foi iniciado o terceiro mandato do governo Celso Daniel, na ocasião, outra reforma administrativa deu continuidade às assessorias anteriores e criou a Assessoria de Defesa da Comunidade Negra e o Grupo de Teatro do Oprimido. Todas as assessorias foram subordinadas a nova Secretaria de Participação Cidadã, sobre a direção de Pedro Pontual (homem, albino, petista, tendo atuado como assessor em várias organizações do campo democrático popular: Instituto Cajamar, Pólis, instituto socioambiental entre outros). Neste cenário a coordenação das assessorias continuou majoritariamente feminina, com uma significativa presença de mulheres negras. O quadro verificado pode ser parcialmente descrito da seguinte forma:

Na primeira década de 2000, assessoria da mulher contou ainda com Matilde Ribeiro que passa logo em seguida a trilhar na equipe de governo da campanha do presidente Lula, sendo posteriormente, nomeada a primeira ministra de Estado na SEPPIR. No seu lugar assume Silmara Aparecida Conchão, educadora física, feminista, branca e petista (2001 – 2005), junto com Haíde Jarschel, professora universitária da UNICAMP, pastora luterana, feminista - (1989 - 2001 – 2004), segue-se Cristina Petchol, branca, petista, feminista, funcionária de carreira da prefeitura (2006 – 2007); Maria Aparecida Ruiz Soliane, feminista, branca, pedagoga e petista (2006 - 2008). Na juventude: Suely Chan, negra, feminista, pedagoga, petista (2001 -2003) quando também passa atuar na SEPPIR até 2011. Na comunidade negra: Maria da Penha Cipriano, negra, ativista da organização do movimento social *Negra Sim* – de 2002 até 2005, juntamente, com Nereuza, ativista negra da região - (2002 – 2005), Maraísa Almeida, negra, ativista, (2001- 2002) atualmente esta na SEPPIR; Cristina Batista (Lady Cris), ativista do movimento Hip Hop do ABC – (2005 – 2007). Noêmia, ativista negra egressa do município de Mauá (2009 – 2010). No segmento de pessoas portadoras de deficiência, Silvana Gimenez, mulher branca, feminista, funcionária de carreira da prefeitura, portadora de deficiência (2001 até 2011).

Todavia, neste período a morte inesperada do prefeito Celso Daniel gerou um quadro de instabilidade política na administração da prefeitura, na relação com o Partido dos Trabalhadores e com os ativistas das organizações dos movimentos sociais da região. A desconfiança entre os pares e uma série de acusações, divergências entre os



gestores e ativistas, somadas a crítica da imprensa local, nacional e ações do judiciário tornaram aguda a tensão política na gestão petista<sup>12</sup>. Ao assumir o cargo, o vice-prefeito Havamileno, passa a governar o município tendo que lidar com o fato até o final de 2004. O novo prefeito promoveu mais uma reforma administrativa que extinguiu a Secretaria de Participação Cidadã e transferiu as coordenadorias de orçamento participativo e plano diretor para a Secretaria de Planejamento. No caso das assessorias, todas foram deslocadas para um escalão abaixo na Secretaria de Desenvolvimento e Habitação, arrefecendo a mobilização social.

A reeleição de Havamileno em 2005 deu continuidade à hegemonia petista e trouxe como vice-prefeita uma das principais líderes feministas da região que havia sido a primeira coordenadora da assessoria dos direitos da mulher, Ivete Garcia. Naquele ano foi realizada uma reforma administrativa que transformou as assessorias em um núcleo articulador nomeado de GRGPD (Gênero, Raça, Geração, Pessoas com Deficiência), retornando o seu vínculo e status ao gabinete do prefeito. Neste novo modelo de Núcleo as assessorias tornam-se indiferenciadas, pois as assessoras passam atuar em variadas frentes na estrutura administrativa para a promoção das políticas focalizadas. A coordenação das assessorias ficou a cargo de Sarah Juarez Sales, mulher branca, petista, foi gestora da subprefeitura de Paranapiacaba, participou do GEPAM, no período de 2006 até 2007.

Na sucessão destes governos e nas reformas administrativas o programa GRPE continuou a ser implantado. Inicialmente, articulado na prefeitura de Santo André até 2004, na segunda etapa teve seu alcance ampliado para dimensão regional através da transferência do projeto para o consórcio municipal do grande ABC, no qual continua o desenvolvimento na questão do trabalho decente. A breve descrição do percurso institucional evidencia o processo de reprodução da agenda de gênero e racial na região.

### **Considerações finais**

---

<sup>12</sup> Um juiz da região autorizou que todos os telefones da administração municipal de Santo André fossem grampeados a fim de se recolher informações para o processo de investigação da morte do prefeito Celso Daniel. DGABC



Assim, este artigo relatou de forma breve como as ativistas egressas das organizações sociais dos movimentos feministas e de negros, desenvolveram uma mobilidade política, com mudanças nas disposições de confronto político para ações de interação no âmbito do Estado, a fim de promover a agenda de racial.

Isto foi constatado de forma significativa no processo de institucionalização da questão racial, na forma de agenda política, nos programas e projetos de promoção da igualdade racial. E como para isso foi necessária à conversão das ativistas a uma dinâmica institucional da gestão pública, levando-as a partir da circularidade dos atores sociais no município e na região a mobilizar recursos e agregar oportunidades institucionais surgidas no contexto.

Outro fator importante foi que a mobilidade política e ação das ativistas ocorreram em um quadro de sucessivos governos municipais administrados pelo partido dos trabalhadores, com apenas dois períodos de exceção. Porém, mesmo sendo parte de um mesmo campo ético político isto não poupou as mulheres negras ou não negras de enfrentar um contexto marcado pelas desigualdades de gênero, pelo racismo institucional e uma tradição política patrimonialista presente a esfera político administrativa do município e na organização partidária.

Assim para os ativistas mesmo considerados os vínculos políticos foi preciso resignificar as reivindicações de contestação em ações institucionais. Uma vez que ocorria o embate do campo político de esquerda com um discurso neoliberal, em termos de gestão. De um lado estava à defesa ampliada dos direitos de cidadania de outro, pregava-se a descentralização política e a defesa de um racionalismo técnico na gestão das políticas públicas. No que se refere à estrutura regional do ABC paulista de oportunidades sociais foi necessário considerar um franco processo de reestruturação produtiva do setor industrial e ampliação do setor de serviços com fortes conseqüências sobre as oportunidades para homens, mulheres, jovens e negros(as) no Grande ABC.

Por isso, as estratégias adotadas pelas ativistas negras passaram pela capacidade de estabelecer à compreensão do contexto, mas também em operar a conversão dos homens e mulheres brancos a questão racial, dentro de uma arena política cuja cultura



institucional era orientada por um racismo institucional e pelo mito da democracia racial. Desta forma, a ampliação do capital social e político foram fundamentais para processo de empoderamento e de mudança da cultura política institucional. (PORTES, 2000).

O processo de fortalecimento das mulheres negras e da permanência de uma agenda de gênero e raça em Santo André remete ainda a uma série de questões a serem aprofundadas na análise das experiências das administrações petistas. Afinal, como tem se dado o processo de formulação da questão racial como política nos municípios administrados pelos setores de esquerda? De que maneira a política de afirmação racial tem sido implantada baseando-se na cognição, conversão, reconhecimento e capacitação das ativistas na esfera política administrativa e nas organizações sociais envolvidos no debate? O quanto à questão racial e a percepção das relações de gênero, raciais e classe impactaram a estrutura político administrativa, a concepção dos ativistas e a cultura política cidadã.

## BIBLIOGRAFIA

ALONSO, A. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. In: **Lua Nova**. SP, 76:46-86, 2009.

ALVAREZ, Sônia. ; DAGNINO, Evelina. ; ESCOBAR, Arturo. (orgs.). Introdução. In: *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. UFMG, BH. 2001.

ARRETCHE, Marta. *Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas*. **RBCS**. SP, n. 31, ano 11, jun 1996.

\_\_\_\_\_. *Relações federativas nas políticas sociais*. **Educação & Sociedade**. CEDES. Campinas, SP, v.23,n.80, set.2002, p.25-48

\_\_\_\_\_. *A agenda institucional*. **RBCS**. v. 22, n. 64. SP, 2007. p. 147- 151.

BARÓ, Dionísio & outros. *Desigualdade racial e construção institucional: a consolidação da temática racial no governo federal (1995 – 2005)*. **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009.

BARBOSA, Maria Inês e outros. *Igualdade Racial. Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. 18, IPEA, Brasília. 2010.



BENFORD, R. & SNOW, D. *Framing processes and social movements: an overview and assessment*. In: **Annual review of sociology**, n.26, USA, 2000

CAMPBELL, J.L. *Ideas, politics, and public policy*. **Annual Review of Sociology**. New Hampshire, USA, ABI/INFORM Global. 28;2002,pG.21

COELHO, S.C.T. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e *Estados Unidos*. SP, SENAC, 2000.

DAGNINO, Evelina. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* En: Daniel Mato (coord). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas. FACES. Universidad Central de Venezuela, PP.95-110.

DOIMO, Ana. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS, 1995

ELIAS, N & SCOTSON, L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar, RJ, 2000.

FARIA, C.A.P. de. *Idéias, conhecimento e políticas públicas*: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **RBCS**. RJ, v.18, n.51, fev 2003

FREY, K. *Políticas públicas*: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. 21, jun. 2000

FURET, F. *Prefácio: O sistema conceptual da Democracia na América*. **A democracia na América**: leis e costumes - Alexis de Tocqueville. Martins Fontes. São Paulo, 1998.

GOHN, M.G. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina*. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008. <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>. acesso jan 2010.

\_\_\_\_\_. **Mídia, terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Vozes, RJ.

GUILLAUMIN, C., “Race et nature”. **Sexe, Race et Pratique du Pouvoir**. L’idée de nature. Côté-femmes éditions, Paris, 1992.

GUIMARÃES, A.S.A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, editora 34, SP, 1999

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia**, editora 34, SP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. Cortez. Coleção Preconceitos. SP, 2008.

GUIMARÃES, N. A. *Reestruturação, mercado de trabalho e desigualdades de gênero e raça no ABC paulista*. **Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça: um experimento de política pública no ABC**. FAPESP/CEBRAP 98/14044-8. PMSA, CERET, CEBRAP, ELAS, AGENCIA ABC, FAPESP, IGCABC. (CD), (2003).



GRIN, MÔNICA. (2004). “Auto-Confrontação Racial e Opinião: O caso Brasileiro e o NorteAmericano”; **Interseções**, (UERJ), UERJ, NAPE, [http://servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados1/2004/31001017/040/2004\\_040\\_31001017023P8\\_Prod\\_Bib](http://servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados1/2004/31001017/040/2004_040_31001017023P8_Prod_Bib) (acesso out 2006)

HALL, P. & TAYLOR, R. *Neo-institucionalismo*. **Lua Nova**. CEDEC. SP, n.58,2003, p.190-223

JACCOUD, Luciana & outros. *Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de igualdade Racial. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos.* (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. *A promoção da igualdade racial em 2006 e o programa de combate ao racismo institucional. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos.* (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. *A promoção da igualdade racial no primeiro semestre de 2007 e os programas de ação afirmativa nas universidades públicas. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos.* (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009c.

\_\_\_\_\_. *A promoção da igualdade racial em 2007 e as políticas universalistas. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos.* (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009d.

LANDIM, Leilah. “*Experiência Militante*”: histórias das assim chamadas ONGS. **in:Ações na sociedade: militância, caridade, assistência etc.**(org) Leilah Landim. NAU, RJ, 1998.

MACDAM, D. *Para mapear o confronto político*. **Lua Nova**, SP, 76: 11-48, 2009

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de ciências Sociais**. Vol. 20, n°59, p.81-168, 2005. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a06v2059.pdf>

PAOLI, M.C. & TELLES, V. S. *Direitos Sociais. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Humanitas/UFMG, BH. 2000.

PORTES, Alejandro. *Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Sociologia, problemas e práticas*. n 33, 2000, pp. 133-158. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf>

RISÉRIO, A. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. ed.34, SP,2007.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. **Políticas Públicas**. Publifolha. SP.2010.



ROLAND, Edna. *O movimento de mulheres negras brasileira: desafios e perspectivas. Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil.*(org.) Antonio Sérgio Alfredo Guimarães & Lynn Huntley. Paz e Terra/SEF, SP, 2000

SCHERE-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** Centro João XXIII/Loyola, SP, 1993

SILVÉRIO, V. R., “O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro”.**Educação e ações afirmativas.** INEP, Brasília, 2003

SOARES, Vera. *O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil. Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil.*(org.) Antonio Sérgio Alfredo Guimarães & Lynn Huntley. Paz e Terra/SEF, SP, 2000

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologia.* PA (RS), ano 8, n.16, jul/dez 2006, p.20-45

THEODORO, Mário. (Org.) et al. **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil – 120 Anos após a abolição.**Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008.Disponível:[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro\\_desigualdadesraciais.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_desigualdadesraciais.pdf)

TILLY, C. **La desigualdade persistent.** Manantial. Buenos Aires. 2000

### **Bibliografia sobre Santo André e o Grande ABC**

BENTO, L. A. G. e outros. *Um novo modo de gerir políticas públicas: Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero.* [http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/B/Bento-Sales-Gimenes-Pechtoll-Soliani\\_34.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/B/Bento-Sales-Gimenes-Pechtoll-Soliani_34.pdf). acesso set 2009.

CARVALHO, Maria do C.A.A. & RIBEIRO, Matilde. (org). **Gênero e raça nas políticas públicas.** Pólis, n.39, SP, 2001.

FABIAN, Ana; Santos, Gevanilda & Lima, Itamarati. **Memória e história de negros na cidade de Santo André.** Soweto.SP,2006

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing.***Revista Estudos. Feministas.**vol.3,n.2,Campinas(SP), 1995.

SILVA JR, Hédio. (Org). **O Papel da Cor/Raça/Etnia nas Políticas de Promoção da Igualdade.** Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade. 2003. São Paulo.disponível: em:<http://www.ceert.org.br/modulos/publicacoes/publicacoes.php>

PMSA.[Museu de Santo André]. Debate: *O populismo no subúrbio: a história da política na região do ABC.* **IV Congresso de história do grande ABC.** Santo André.(SP).[1996]



### Teses e dissertações

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Ecos de espelhos:** movimento Hip Hop do ABC Paulista: intervenções, identificações e mediações sociais, culturais, raciais, comunicacionais e políticas. ECA, USP, SP, 2008. Dissertação de mestrado [mimeo]

CALDAS, Eduardo de Lima. **Formação de agendas governamentais locais:** o caso dos consórcios intermunicipais. DCP/FFLCH/USP. SP, 2007. Tese de doutorado. [mimeo]

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo Negro:** Raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975 -1996). FIOCRUZ, RJ. 2009. Dissertação de mestrado. [mimeo]

GOMES, Claudete. Raça, classe e cidadania : a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003). IFCH/UNICAMP, SP, 2009. Tese de doutorado [mimeo]